

**12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO**

**AUDIÇÃO 62-CCCJD-XV**

19 de dezembro 2023

(11:30-14:10)

**Ordem do dia:** Audição, a requerimento dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, dos delegados sindicais dos jornalistas das redações do *Jornal de Notícias*, da TSF, de *O Jogo* e do Sindicato dos Jornalistas, sobre o despedimento coletivo no Global Media Group (GMG).

**Entidades Ouvidas:**

**Sindicato dos Jornalistas**

Luís Filipe Simões (Presidente)

Augusto Correia (Vogal)

**Delegados Sindicais**

Frederico Bártolo (*O Jogo*)

Ivete Carneiro (*Jornal de Notícias*)

Maria Augusta Casaca (TSF)

Rita Salcedas (*Jornal de Notícias*)

Valentina Marcelino (*Diário de Notícias*)

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, muito bom dia.

Vamos dar início à nossa reunião de hoje com uma agenda muito preenchida.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

A primeira parte da nossa reunião é uma audição, a requerimento dos Grupos Parlamentares do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda, dos delegados sindicais dos jornalistas das redações do *Jornal de Notícias*, do DN (*Diário de Notícias*), da TSF (*Telefonia Sem Fios*), de *O Jogo* e do Sindicato dos Jornalistas sobre o despedimento coletivo no Grupo Global Media.

Vamos trabalhar com a seguinte grelha, que eu julgo que é do conhecimento de todos: cada um dos representantes de cada um dos títulos dos órgãos de comunicação social vai ter 5 minutos para intervir, para explicar as razões pelas quais estão aqui, numa intervenção inicial. Não será bem uma intervenção inicial porque o Grupo Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo sido autores do requerimento, vão apresentar o requerimento e podem, desde logo, colocar questões que vos pedia que respondessem depois, para lá darem a vossa opinião.

Depois, cada grupo parlamentar terá 5 minutos também para colocar questões e, no final, os Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda voltam a ter 2 minutos na qualidade de grupo requerente, e cada um de vós responde depois, no fim, novamente para o que dispõem de 5 minutos.

Alterámos um pouco a grelha com que trabalhamos, porque vocês são muitos, mas quero dizer-vos, apesar de todos serem profissionais do

jornalismo e estarem habituados a serem sintéticos, objetivos e concisos, que não temos, nesta Comissão, nenhuma tradição de cortar a palavra e, portanto, somos muito tolerantes com as intervenções, na medida em que também procuramos conhecer as razões e os argumentos por que estão cá.

Portanto, tendo a referência dos 5 minutos, não fiquem demasiado preocupados com esse tempo, fiquem preocupados em esclarecer as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que pediram a vossa presença aqui, o que foi, aliás, aprovado por unanimidade.

Permitam-me que apresente quem aqui está, começando pela minha direita: o Luís Filipe Simões, de *A Bola*, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, e o Augusto Correia, Vogal do Sindicato dos Jornalistas. Temos depois a Ivete Carneiro, do *Jornal de Notícias*. Temos uma querida amiga minha, fica já aqui declarada esta cumplicidade, de quem sou fã e admirador, a Maria Augusta Casaca, da TSF — declaração de interesses efetuada — o Frederico Bártolo de *O Jogo*, a Valentina Marcelino do *Diário de Notícias* e ainda a Ana Magalhães, também de *O Jogo*, e a Rita Salcedas, do *JN*, aqui atrás.

Feitas as apresentações de todos, dava a palavra ao Grupo Parlamentar do PCP e à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos para fazer a apresentação do seu requerimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar todos os jornalistas aqui presentes e agradecer também a sua disponibilidade para podermos fazer esta audição na Assembleia da República.

Temos acompanhado com muita preocupação a evolução da situação do Grupo Global Media e a pressão, a chantagem que estão a ser feitas ao

conjunto dos trabalhadores de diversos títulos e órgãos de comunicação social. Quando colocámos este requerimento, foi com o objetivo de, na Comissão de Cultura e na Assembleia da República, podermos aprofundar a situação relativamente aos trabalhadores e aos próprios órgãos de comunicação social.

Estando em cima da mesa, a intenção de avançar com um despedimento coletivo, que tinha sido tornado público e que afetaria 150 trabalhadores, do *Jornal de Notícias*, da TSF, de serviços partilhados de *O Jogo*, e não sabíamos — esta tinha sido a primeira informação! — se iria abranger outras publicações também do Grupo, desde logo, considerámos isto inaceitável.

Estamos a falar de direitos e de postos de trabalho que devem ser salvaguardados e, portanto, essa foi logo a primeira nota que fizemos e quisemos também expressar a nossa solidariedade para com os trabalhadores que, entretanto, avançaram com um conjunto de ações de luta exatamente na defesa dos seus direitos e dos postos de trabalho.

Obviamente que, a concretizar-se, um despedimento desta natureza teria consequências nos órgãos de informação em causa e esses são também aspetos que quisemos aqui suscitar. Esta operação decorre depois da entrada de um fundo que não se conhece e que, por aquilo que tem vindo a público, está sediado num paraíso fiscal, do qual não se conhece proprietário. Este é, desde logo, um elemento de preocupação, porque efetivamente não se conhecem objetivos e intenções relativamente ao futuro das diversas publicações e órgãos de comunicação social.

Recordo que se falava de crescimento, de investimentos. Tive a oportunidade, inclusivamente, de ler uma entrevista em que se faz referência de que há de sair um novo título para o próximo ano, o que não bate certo com o comunicado tornado público de que o Grupo estaria em situação de falência.

O que nos parece é que, de facto, há aqui efetivamente uma clara intenção de desrespeitar e de colocar em causa estes postos de trabalho. Conhecemos posteriormente aquilo que foi depois comunicado aos trabalhadores, também numa situação de pressão e de chantagem, para a rescisão de contratos de até cerca de 200 trabalhadores.

Estamos a falar de mais de um terço, creio, da totalidade do número de trabalhadores do Grupo, com as condições que constam na legislação relativamente aos despedimentos, que foi alterada pelo Governo do PSD e do CDS, e que levou inclusivamente a uma facilitação e ao embaratecimento também do despedimento, cuja indemnização seria paga em 18 meses.

De facto, esta é uma situação inusitada, uma situação que, como referi, põe em causa os postos de trabalho, os direitos dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, gostaríamos de vos ouvir, de ouvir os diversos delegados sindicais e, por isso, considerámos tão importante a vossa presença, para percebermos a evolução da situação. Gostaríamos de saber se, da vossa parte, houve algum contacto com os membros do Governo, neste caso concreto, quer por parte do Ministro da Saúde, quer por parte da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, porque há aqui também questões dos direitos dos trabalhadores e da intervenção que têm de ser salvaguardados.

Aproveito para referir que já tivemos a oportunidade de questionar o Governo relativamente a este conjunto de matérias, quer em relação às questões que se prendem com a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores quer do acompanhamento de todo este processo do Grupo Global Media, e era importante perceber, porque há aqui uma intervenção também por parte do Governo no cumprimento da legislação laboral que tem de ser naturalmente assegurada do nosso ponto de vista.

Estas eram as primeiras questões que gostaria de colocar, muito para percebermos, desde que foi tornada pública esta intenção de despedimento dos trabalhadores, qual é que tem sido, de facto, a evolução da situação, mas também para sabermos quais os próximos passos que os trabalhadores estão a ponderar tomar no quadro da sua ação e intervenção. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem também a palavra, para apresentar o requerimento que o Bloco de Esquerda entregou para vos ouvir, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, que é Vice-Presidente desta Comissão, Joana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Queria cumprimentar os representantes sindicais dos títulos da Global Media, TSF, *DN*, *JN*, *O Jogo*, e também a direção do sindicato. Não vou descrever a situação, conhecem-na melhor do que nós.

É com enorme perplexidade que temos acompanhado a situação na Global Media, um grupo de comunicação que ganhou respeito em Portugal, que ganhou a dimensão que tem e que julgo nunca deu nota de poder chegar à situação em que está hoje, o que me parece ser um dado relevante nesta discussão. Isto porque, de repente, somos confrontadas e confrontados, parece, tanto nós, público, consumidores, como os próprios trabalhadores e as várias direções e redações, com uma situação financeira do Grupo que era aparentemente desconhecida e que só vem à baila quando a maioria do capital do Grupo é substituída por um fundo sediado nas Bahamas cuja vocação para este tipo de investimento é absolutamente desconhecida.

É justo questionar as motivações do fundo para este investimento. É justo questionar também se as alterações de gestão que estão a ser feitas, estão a ser feitas em nome do investimento no Grupo e nos seus títulos ou por

qualquer outra razão. E é isso sobretudo que nos preocupa, tendo em conta que uma das consequências é o possível despedimento de 200 trabalhadores.

A primeira pergunta que faço é: qual é que seria a consequência deste despedimento para o trabalho dos vários títulos do Global Media, para o Grupo em geral e para os órgãos de comunicação que são detidos por ele.

Queria perguntar também qual é a situação dos salários em atraso e pedir alguns comentários relativamente à situação do Grupo, porque o gestor, digamos assim, nomeado pelo capital que agora detém o Grupo, e a nova direção, nomeadamente de José Paulo Fafe, se tem multiplicado em entrevistas, numa das quais se diz que a lógica implacável da sociedade capitalista dita que o Grupo já devia estar fechado. Gostaria de pedir um comentário a esta afirmação.

Curiosamente foi também anunciado que, no primeiro trimestre de 2024, seria lançado um novo título chamado o *É Brasil*, com uma redação de sete jornalistas e uma rede de correspondentes. Portanto, o que pergunto é se acham que é compatível que um grupo que já devia estar fechado devido à sua insustentabilidade financeira e que está num despedimento coletivo de 200 trabalhadores abra um novo título com uma nova redação. Isto faz sentido da vossa experiência?

Por último, daquilo que conhecem da situação do Grupo, nomeadamente do *JN* que é sabido que dá lucro, que é uma empresa com dinamismo financeiro, gostava de vos perguntar o que aconteceu ao projeto estratégico anunciado por José Paulo Fafe quando entrou para a gestão e para o capital da Global Media. Se é uma questão de incompetência e, portanto, se não conhecia a situação da Global Media, ou se de facto há uma tentativa deliberada, por parte do capital e de quem detém o novo capital da Global Media, de destruir um património e um capital humano acumulado e essencial

para a democracia portuguesa, na medida em que é um garante do pluralismo da imprensa, que hoje, até, mais do que nunca, é tão importante para a nossa democracia.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar agora a palavra aos nossos convidados, começando, então, ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Luís Filipe Simões, agradecendo desde logo a presença nesta Comissão.

O Sr. **Luís Filipe Simões** (Presidente do Sindicato do Jornalistas): — Muito obrigado por nos ouvirem. As vossas preocupações são nossas também e a surpresa também foi enorme para nós, por uma razão: mal tomou posse a nova administração do Global Group, reunimos com o Sr. Fafe, que nos apresentou um cenário quase idílico de investimento, de tornar órgãos que são de referência do jornalismo em Portugal cada vez mais fortes com investimentos, com contratações.

Não sei o que é que aconteceu no espaço de uma semana, porque passámos disto para um despedimento coletivo que era de 150 pessoas e depois mais surpreendidos ficámos porque passou a 200. Isto só pode significar uma coisa, porque não acredito na incompetência. Quem criou o Grupo não ficou surpreendido porque as contas não eram exatamente aquelas que foram feitas. As contas estavam certamente feitas e, portanto, surpreendeu-nos bastante e surpreendeu-nos esta mudança numa semana.

Mas mais do que eu, o Augusto Correia, que é da direção do Sindicato de Jornalistas e trabalha na Global e tem sofrido na pele alguns ataques aos trabalhadores e aos direitos dos trabalhadores que, para mim, foram uma surpresa, terá muito a dizer.



Assim, vou passar a palavra ao Augusto porque ele terá muito para dizer sobre o que se passou a partir dessa reunião onde nos apresentaram a intenção de investir no *DN*, no *JN*, em *O Jogo* e na TSF.

A TSF, o *DN*, o *JN* e *O Jogo* não vão conseguir sobreviver com os cortes que se anunciam. É impossível fazer bom jornalismo, jornalismo livre e independente, com estes cortes tão grandes no Grupo. Não acredito que se faça. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra, também do Sindicato dos Jornalistas, o Augusto Correia.

O Sr. **Augusto Correia** (Vogal do Sindicato dos Jornalistas) — É importante que, a nível político, seja dada a visibilidade à luta que este Grupo está a travar. Obrigado aos Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados da 12.<sup>a</sup> Comissão também por nos acolherem aqui e por se interessarem por esta questão, porque, quando se interessam pelo Global Media Group, estão a interessar-se pelo jornalismo.

Não é à toa que dizemos que o jornalismo é um pilar da democracia e nós agora acrescentamos que é um bem essencial, por isso é que vamos pedir mais aos políticos em breve ou no futuro, usando esta argumentação.

Em relação ao Grupo, o Luís começou por dizer aquilo que foi o mais surpreendente: a 26 de outubro fomos confrontados, numa reunião com a administração, que este Grupo vinha para investir, fazer crescer, criar e por aí fora. Respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, sobre nossos contactos com o Governo, e citando o Ministro da Cultura que tutela a comunicação social, no encontro que tivemos no Porto a propósito da greve que o *JN* fez, o próprio Ministro disse que ouviu estas palavras e ficou muito otimista, como nós

ficámos, mas depois a primeira coisa que ouvimos em público é sobre um despedimento.

Respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, entre este anúncio da administração ao Sindicato dos Jornalistas e o anúncio feito às delegadas sindicais, posteriormente desmentido, de um despedimento não aconteceu nada, a não ser o Sindicato ter de estar à espera do fim de novembro, para termos outra reunião em que íamos discutir aumentos salariais e questões de melhoria de condições de trabalho, porque há condições na redação, de que as delegadas sindicais estão mais habilitadas a falar, que nós queríamos que melhorassem.

Não aconteceu nada, nem nada de extraordinário, nem nada de bom, nem nada de negativo, estávamos a trabalhar normalmente, em condições que não são as melhores, e fomos surpreendidos com esse anúncio do despedimento coletivo, que depois foi desmentido, daí o nosso choque.

E, lamentavelmente, foi desmentido, mal, porque as delegadas sindicais sabem o que ouviram e não tinham necessidade nenhuma de mentir aos camaradas e assustá-los com um despedimento coletivo que não existia. Só se fossem loucas é que iam estar a dizer que ia haver um desenvolvimento coletivo que é mentira.

A notícia do despedimento coletivo, curiosamente, entronca numa certa atuação desta administração, que eu acho que é preciso denunciar e ser analisada. A sua confirmação chega durante o primeiro dia de greve. Com os trabalhadores parados em frente ao local de trabalho, em piquete, recebemos um *e-mail* — não é surpresa para ninguém, porque todos devemos ter o *e-mail* de trabalho e pessoal no telemóvel —, que começámos a abrir, e somos confrontados com a notícia de que já não eram 150, mas que já vão ser 200 a ser despedidos, começando com as rescisões amigáveis, mas não acredito que

haja mais do que 20 pessoas em todo o Grupo a rescindir. Diz o próprio texto que começam com as rescisões amigáveis, seguindo-se o despedimento coletivo.

Este é só um pequeno exemplo da forma como a administração tem atuado e intimidado os trabalhadores. No fim dos plenários, mandamos um *e-mail* a comunicar o que aconteceu e, passada meia hora, vem um *e-mail* da administração a anunciar uma medida que consideramos lesiva para os trabalhadores. Há este modo de atuação que nos preocupa.

Não sei se quer que responda já a alguma pergunta ou se vai haver uma fase em que depois respondemos, mas, em relação à atuação do Grupo, o que gostávamos de ver e eu, pessoalmente, apesar de ser jornalista do *Jornal de Notícias* e de sentir na pele aquilo que eu acho que é um desrespeito em relação ao jornal em que eu trabalho, enquanto agente sindical, enquanto jornalista, enquanto cidadão não tenho rigorosamente nada contra, até sou a favor do *É Brasil*.

Sou a favor muito do reforço do *DN*, pois não podia trabalhar com 20 ou 25 jornalistas. Se tiver 40, se calhar, também não são suficientes. Mas também o *Jornal de Notícias* não pode trabalhar com 25 ou 30 jornalistas, nem a *TSF*, nem *O Jogo*, nem a *Evasões*, nem as revistas.

É o dinamismo que nos foi anunciado naquela reunião de 26 de outubro e o dinamismo que a empresa parece que quer ter com uma nova publicação que o sindicato gostava de ver. Mas como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos questionou e a nós também não nos parece que seja compatível haver um CEO (*Chief Executive Officer*) que diz num comunicado três vezes «falência» e que escreve em comunicados mais do que uma vez «falência» e depois anuncia investimentos para o futuro. É isso que também nos preocupa.

Posso tentar responder algumas das perguntas. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua perguntou sobre os salários. Os salários do mês de outubro dos colaboradores ainda não foram pagos. Hoje é dia 19 e continuamos sem resposta, sem saber se os prestadores de serviços se vão receber.

O subsídio de Natal também ainda não foi pago. Tentaram impor-nos um pagamento em duodécimos que os nossos serviços jurídicos consideram ilegal, porque ele devia ter sido proposto *a priori* e não *a posteriori*, porque a empresa neste momento está em mora com os trabalhadores e não pode impor, naturalmente, como quer pagar.

Sobre a situação do Grupo, foi uma surpresa para nós também. Os indicadores que tínhamos e que, se calhar, as delegadas sindicais podem explicar melhor, eram os de que o Grupo estava em sentido oposto, durante o início do ano e até meio do ano, do que nos é dado a conhecer agora.

Estávamos otimistas, por isso estávamos a negociar também aumentos salariais. Há pessoas que, há 15 e 20 anos, ganham o mesmo salário. O salário mínimo na empresa é de 820 €. Sei que o CEO, nas entrevistas que deu, ficou chocado com isso, mas daí a fazer alguma coisa há outro passo e o que nós pretendemos é que a empresa faça isso.

O Fundo anunciou que vinha para investir e era isso que nós esperávamos, mas, infelizmente, como disse o Sr. Ministro da Cultura, em vez de investimento anunciam um despedimento.

Para terminar, respondendo também a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, em relação aos contactos com o Governo, tivemos esse contacto informal com o Ministro da Cultura, que depois recebeu as delegadas sindicais e sobre isso elas poderão falar.

Eu e a Ivete, um enquanto dirigente sindical e outro enquanto delegado sindical, estivemos com o Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Dr. Miguel

Fontes, que se mostrou muito preocupado com a situação e que disse que ia acompanhar o que se passava no Grupo e foi muito importante para nós ouvi-lo dizer que gostaria de ser informado do que vai acontecendo como um sinal de que, esperamos nós, o Governo está atento — não só à Assembleia da República. Acho que é muito importante que haja atenção dos poderes políticos ao que se passa neste Grupo, que é importante no panorama da imprensa e do jornalismo em Portugal. Acho por isso que é preciso preservá-lo e com a ajuda desta Casa e dos poderes políticos será mais fácil para nós. Estarei disponível para o que precisarem, mas acho que, para já, vou deixar seguir a audição.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Augusto Correia e Luís Filipe Simões do Sindicato dos Jornalistas. Damos agora a palavra à Delegada Sindical do *Jornal de Notícias*, Ivete Carneiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Ivete Carneiro** (Delegada sindical do *Jornal de Notícias*): — Bom dia a todos. Eu ia começar por enquadrar um bocado a situação do Grupo com dados que fomos apurando ao longo destes dias. Trabalhamos numa empresa de comunicação, somos jornalistas, o nosso trabalho é investigar e é o que temos andado a fazer na própria empresa.

Este é para nós o quarto despedimento coletivo desde 2009. Em 2009, o grupo perdeu 119 pessoas, em 2014, 140, em 2020, 81 e, entretanto, desde 2020, 69 pessoas fizeram rescisões amigáveis. Portanto, mais de 400 pessoas saíram do Grupo desde 2009. Dizem-nos da empresa que temos 520 funcionários...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, faça favor, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Peço desculpa, pedia-lhe que repetisse os quatro momentos e os números específicos devagarinho para eu poder tomar nota.

O Sr. **Presidente**: — A acústica nesta sala não ajuda, mas vou-lhe pedir para chegar o microfone para si e, peço desculpa, recomeçar dos dados.

A Sr.<sup>a</sup> **Ivete Carneiro**: — Em 2009, foram despedidas 119 pessoas, 50 delas jornalistas; em 2014, 140 pessoas, 66 delas jornalistas; em 2020, 81 pessoas, 17 jornalistas. Entretanto, houve mais, creio, 69 pessoas que residiram com a empresa — dessas não sei quantos jornalistas, não sabemos isso ao certo.

Portanto, desde 2009, são mais de 400 as pessoas que saíram da empresa. Atualmente teremos, segundo dados da administração, 520 funcionários, duzentos e pouco dos quais jornalistas. Esta foi a mesma expressão que eles utilizaram. Já pedimos o mapa do pessoal e estamos à espera de que nos informem. Esta é a situação em termos de despedimento coletivo.

Ainda em termos de funcionários, desde julho, o custo com funcionários aumentou 100 000 € euros em média por mês, porque foram contratadas mais de 30 pessoas, a sua maioria para direções, assessorias e consultorias. Em dezembro, depois deste aumento, apresentam-nos um despedimento coletivo que, só na nossa empresa, *Jornal de Notícias*, leva 40 pessoas. Isto quando as contas da empresa até julho tinham um — não sei

dizer a palavra, é uma palavra horrorosa, mas vou tentar... — EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) positivo, de 420 000 €, em junho.

Neste momento, está com quase 2 milhões negativos. Ou seja, de julho até agora. Tinha 420 000 € positivos. Não é muito, mas, para um grupo que esteve com muitos prejuízos ao longo dos últimos anos... Em junho, no primeiro semestre, tinha 420 000 € positivos e, neste momento, ou até outubro, estava com quase 2 milhões negativos.

No primeiro semestre, as receitas do Grupo perderam 1 milhão em relação a 2022, não sabemos por que razão e, até outubro, nos últimos quatro meses, perderam 2,4 milhões, o que, não gostaríamos, só podemos atribuir à política de terra queimada que está a ser feita pela administração. No meio deste ambiente todo, recebemos ontem um postal de Natal a desejar-nos um feliz 2024.

Passando aos dados do *Jornal de Notícias*, em 2020, o EBITDA foi de 2,7 milhões positivos, em 2021, foi de 2,7 milhões, em 2022, foi de 3,4 milhões — isto são anos de pandemia e de guerra — e este ano a previsão é de 2,5 milhões.

Temos, em outubro, circulação paga de 23 000 exemplares, média, em outubro, segundo a APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação). Temos uma audiência de perto de 400 000 leitores diários e temos *online*, segundo a *netAudience* da Markttest, 2,8 milhões de leitores por dia. Isto é no *Jornal de Notícias*.

Perante toda esta situação e tudo o que tem sido dito, neste momento, o nosso Grupo tem menos 11 diretores que estão demissionários, em 12 cargos. Quando o Grupo estava a dar lucro e passou em 4 meses a dar prejuízos. Agora passava a palavra às minhas colegas.

O Sr. **Presidente**: — Damos a palavra agora à Maria Augusta Casaca, delegada sindical da TSF.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Augusta Casaca** (Delegada sindical da TSF): — Penso que já muita coisa foi dita pelos meus camaradas de trabalho, mas queria falar um bocadinho da minha experiência como jornalista na TSF há 30 anos. E nestes 30 anos, de lá para cá, este já é o terceiro ou quarto, já perdi a conta, confesso, despedimento coletivo que atinge toda a rádio, já para não falar das ditas «rescisões amigáveis», que se têm sucedido ao longo dos anos e que têm afastado muitos e bons camaradas de trabalho.

Esta administração está apenas há três meses em funções e dizemos que entrou como um elefante numa sala de porcelana. Está a provocar inúmeros danos reputacionais e económicos, até. O atual CEO está a provocar à TSF e a todo o Grupo esses danos com as suas declarações quase diárias na comunicação social e receamos até que esses danos sejam irreversíveis.

A publicidade já começou a descer. Em setembro, os trabalhadores da TSF foram surpreendidos com este fundo que entrou, o World Opportunity Fund, com sede nas Bahamas. Não sabemos quem são, quem está por trás, só conhecemos os rostos da administração e da comissão executiva.

Disseram que era um ambicioso projeto de crescimento do Grupo que ia reforçar «todas as áreas e marcas», e estou a citar. Logo nesse mês a direção da TSF foi afastada, foi nomeada nova direção e à nova direção a administração prometeu 10 contratações de 10 jornalistas a formar na rádio. Portanto, iam contratar 10 novos jovens jornalistas.

Como sabem, a 20 de setembro foi muito noticiado, a TSF fez a sua primeira greve em 35 anos de existência. Porquê? Porque há meses que



vínhamos negociando aumentos salariais baseados apenas na inflação e até esses aumentos salariais lhes foram negados. Isto depois da própria administração ter feito uma série de negociações durante meses e de ter sido a administração a propor esses aumentos salariais. Aliás, em relação a esses aumentos, de todo o Grupo, a TSF foi a única que aceitou a proposta da administração, porque os salários na empresa são tão baixos, tão baixos, que tudo era melhor que nada.

Para que tenham uma ideia, e eu gostava de vos dizer, porque acho que a nossa situação é um bocadinho diferente do resto do grupo, na TSF não existe tabela salarial. Quando um jornalista é contratado é-lhe atribuído um vencimento proposto pela direção ou administração. Verificam-se por isso disparidades enormes. Há pessoas a executar o mesmo trabalho com ordenados muito diferentes.

Na redação existem jornalistas que têm mais de 20 anos de casa a ganharem cerca de 850 €, outros com 30 anos de casa a receberem cerca de 1000 € — este é o meu caso, por exemplo. Grande parte da redação não tem qualquer aumento há 20 anos, nem sequer para cobrir o aumento da inflação. Não nos pagam de diuturnidades, nem horas extraordinárias, nada do que é devido por lei.

Aliás, o atual CEO do Grupo já admitiu que a média salarial da TSF está a 500 € abaixo do resto do Grupo e agora, vem falar em rescisões de 150 a 200 trabalhadores no Grupo todo. Na TSF serão 30 pessoas.

Para que os Srs. Deputados tenham ideia, a redação da TSF é composta por cerca de 50 jornalistas, que asseguram noticiários 24 horas por dia, 7 dias por semana, além de outros programas de debate e entrevista. Há apenas 7 sonoplastas e 6 animadores. Estamos no osso, como costumamos dizer. Não é possível dispensar mais gente.

A ser levada para a frente esta intenção da administração, os cortes irão abranger, portanto, cerca de metade dos trabalhadores. Queria também dizer que à delegada da sindical da TSF, que sou eu, o CEO, quando questionado sobre estas intenções de despedimento coletivo, de rescisões amigáveis, diz que não tem de dar explicações e que só o fará quando entender.

Queria dizer também que a TSF é, há bastante tempo, a rádio mais lida e ouvida na *net*. Há pelo menos três meses que os vencimentos chegam com atraso, o subsídio de Natal não foi pago, muitos trabalhadores não têm sequer dinheiro para dar um presente aos seus filhos e outros que contavam com esse subsídio para pagar outras obrigações financeiras não o podem fazer. A administração anunciou que o irá pagar em duodécimos no próximo ano, como já disseram os meus camaradas de trabalho, o que é totalmente ilegal.

Sobre esta questão, o Sindicato dos Jornalistas já fez uma queixa à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Na TSF os salários são tão baixos que quando há um atraso de 3 ou 4 dias, posso dizer que há pessoas que não têm sequer dinheiro para comprar o passe dos transportes para irem trabalhar.

Como sabem, as várias direções do Grupo estão demissionárias, exceto a do *DN*. Quero dizer também que o CEO José Paulo Fafe fez declarações sobre a diretora Rosália Amorim que, no mínimo, roçam a boçalidade e denotam também grande deslealdade. Ao *site Meios & Publicidade* afirmou que a demissão da diretora só pecou por tardia, quando foi ele próprio que a escolheu para dirigir a TSF há três meses.

Temos muitas questões que não sabemos responder, nomeadamente, tal como as Sr.<sup>as</sup> Deputadas fizeram questão de nos perguntar, porque é que um fundo com sede nas Bahamas decidiu comprar um meio de comunicação

social português. O que pretende com esta compra? É dismantelar o Grupo e depois vendê-lo às postas, com o menor preço possível?

Nós, trabalhadores da TSF, e falo pela TSF, temos muito orgulho de aí trabalhar, vestimos sempre a camisola. Apesar de muitos dissabores, gostamos muito de empunhar este microfone e achamos que a administração está a desrespeitar e a descartar o maior património da TSF, que são os seus trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Maria Augusta Casaca. Vamos ouvir agora o delegado sindical de *O Jogo*, Frederico Bártolo.

O Sr. **Frederico Bártolo** (Delegado sindical de *O Jogo*): — Obrigado a todos por nos receberem. É com total indignação e insatisfação que vivemos mais um despedimento coletivo. Vou falar do caso específico do jornal *O Jogo*, é para isso que aqui estou. A redação de Lisboa do jornal *O Jogo*, nos últimos cinco anos perdeu metade dos jornalistas. Somos atualmente sete jornalistas, responsáveis por nove páginas diárias, que saem todo o ano, não temos pausa.

A redação, contando com a nossa delegação, que é a maior, no Porto, tem atualmente 25 jornalistas que vão passar a 24 em janeiro, quando temos 32 páginas diárias para preencher. É um jornal que é estável e rentável e que, recentemente, teve uma parceria *online* que se tornou rentável e importante — o que nos foi comunicado dessa forma.

Em todos os debates e em todas as participações que temos possibilidade de ter, tanto com o diretor como com a administração, dizem-nos que o jornal *O Jogo* não dá prejuízo, que as contas estão equilibradas, daí

não compreendermos para onde vamos e sensibilizarmos toda a gente de que não é possível cortar mais.

Hoje, para escrever o jornal *O Jogo*, é completamente imprescindível termos os colaboradores conosco. Se fôssemos apenas os jornalistas que estão nos quadros, seria completamente impossível termos um jornal em banca diariamente. As 24 pessoas de que falei há pouco são, no caso de rotação normal de folgas e de férias, no máximo 18, o que significa que temos que colocar as tais 32 páginas para 18 pessoas.

Neste momento, há pessoas que vão, e respondendo diretamente à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, há pessoas que vão paralisar. Os colaboradores deram a informação de que à partida vão paralisar, porque entendem que não são devidamente tratados, com o respeito que entendem ter, o que vai afetar diretamente a publicação diária do nosso jornal. Também já temos entre nós conversada uma possível paralisação e estamos unidos nessa mesma vontade, porque entendemos que é uma forma de mostrar como os nossos direitos são importantes e como será fundamental para a administração compreender que um jornal de 32 páginas precisa de um determinado número de jornalistas.

Já não temos revisores de texto, ficámos sem muita capacidade em termos de fotografia, infografia, além dos jornalistas que foram sendo substituídos. Aliás, não foram sendo substituídos, foram saindo alguns pelo próprio pé, outros por um despedimento coletivo, sem haver a devida reposição. Inclusivamente os editores têm hoje um papel extremamente forte naquilo que é a construção da agenda, mas também com a necessidade de escreverem diariamente, uma vez que um editor passou a ter de assegurar várias peças, a ser quase um redator em muitos momentos. E os próprios chefes de redação que, antes, supervisionavam todo um jornal, hoje, têm uma

missão de trabalho de terem de supervisionar na mesma todo o jornal, mas também de escrever variadas reportagens, entrevistas, peças diárias.

Neste momento, olhando à nossa agenda diária, é impraticável, quando recebemos a agenda diária às 20 horas, acharmos que se temos uma conferência de imprensa às 11 horas, que o nosso dia de trabalho vai acabar às 15 horas. Vamos à conferência de imprensa e depois vamos para a redação escrever aquela conferência de imprensa e vamos ter de ajudar todos os nossos colegas a rematar tudo aquilo que é o restante jornal. Isto muitas vezes acontece e tornou-se quase uma agenda múltipla. Já não existe o descanso obrigatório entre turnos e, muitas vezes, o que acontece é que a pessoa que vai fazer a conferência de imprensa ou que tem um serviço matinal é também a pessoa que vai depois estar num estádio até às 23 horas ou até à meia-noite para cobrir um determinado jogo de futebol ou alguma atividade de outra modalidade.

O que nós queremos aqui ressaltar também é que cada vez mais não temos direito a viagens, porque se evitam deslocações em trabalho, não existem consequentemente pernoitas, não existem fechos que muitas vezes eram extras para os jornalistas, o que é particularmente grave para quem recebe o que nós recebemos.

O desporto é um aspeto central na sociedade, o jornalismo desportivo é especializado e, honestamente, nada do que auferimos atualmente o representa, por isso mesmo a nossa classe sente-se menosprezada e muitas vezes marginalizada. Deixo aqui um apelo: se, muitas vezes, o jornalismo desportivo procura cada vez mais representar uma agenda mais equitativa entre géneros, a diversidade desportiva, o mérito, o *fair play*, que são condutas claras, paradigmas claros do Estado, pergunto porque a ação pública estatal não existe quando o jornalismo desportivo precisa? Porque não há apoio à

liberdade e à autonomia destes *media* para que se consolidem diariamente dentro do jornalismo especializado que fazem.

Se há então uma implicação direta das federações desportivas nos jornais desportivos, porque é que não há uma ação conjunta estatal para evitar a deterioração do canal que tenta que essa mesma agenda seja cumprida? Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora a Delegada sindical do *Diário de Notícias*, Valentina Marcelino.

A Sr.<sup>a</sup> **Valentina Marcelino** (Delegada sindical do *Diário de Notícias*): — Bom dia a todos e obrigada por me receberem.

Nós, *Diário de Notícias*, pedimos para sermos também ouvidos, apesar de, desta vez, o nosso jornal não ter sido até agora contemplado com avisos de despedimento, mas sim com contratações. Mas eu gostava de vos falar um pouco no que tem sido trabalhar numa micro-redação, que é o que se chama o *Diário de Notícias*. Acho que a presença aqui de um representante do *Diário de Notícias* pode servir como exemplo daquilo que não queremos que aconteça no resto do Grupo. Porque, no fundo, já vimos este filme. Comecei a ver este filme quando entrei no *Diário de Notícias* em 2008, há 15 anos, na Avenida da Liberdade ainda. Era uma redação ampla, espaço aberto — está ali ainda um colega meu, dois, o Licínio e o Pedro Correia —, era uma redação vibrante. Devíamos ter umas 70, 80 pessoas, creio eu, nessa redação, mas, em 2009, vi logo o que era um despedimento coletivo, como já disse aqui a minha colega, a minha camarada Ivete.

Repito, em 2009, houve logo o primeiro despedimento coletivo, do *DN* saíram 25 pessoas, jornalistas. Depois, em 2014, houve outro despedimento

do coletivo no Grupo, para todos os títulos, do *DN* saíram mais 24 pessoas. Em 2020, em plena pandemia e depois do enorme esforço — lembro que nesse período o Grupo decretou o *lay-off* e o *Diário de Notícias* —, a maior parte da redação ficou a trabalhar metade do tempo, mas tínhamos de garantir o jornal na sua totalidade. Ou seja, o trabalho era a meio tempo, mas o jornal tinha de ser garantido na sua totalidade. Nunca saiu meio jornal, nem meio *Diário de Notícias*. Conseguimos manter o jornal e manter as audiências e trabalhámos com todo o empenho.

No fim de 2020, portanto ainda em plena pandemia, fomos recompensados com mais despedimentos. Houve um novo despedimento coletivo no grupo, com 17 jornalistas a serem despedidos, e do *DN* saíram mais oito que, nessa altura, já representavam um terço da redação. Portanto, foi um embate grande.

Desde aí, até ao início deste ano, nunca mais houve novas contratações e foram sempre saindo pessoas. No início deste ano de 2023, a nossa redação tinha 12 jornalistas. Já era uma nano-redação, já não era uma micro-redação. Com os editores e diretores éramos 22.

Acho que os Srs. Deputados conhecem jornalistas, há muitos anos, do *Diário de Notícias*. Vamos conseguindo garantir a qualidade que este título merece e dignificando sempre o nosso trabalho. Mas é uma redação depauperada até aos mínimos de sobrevivência, muito longe de poder medir os seus recursos com concorrentes diretos no mercado.

Como escrevemos numa carta aberta que entregámos em fevereiro ao Presidente da República e ao Sr. Ministro da Cultura, entre todos os produtos generalistas do Global Media Group, o *DN* é, de longe, quem tem sido mais duramente sujeito a um contínuo processo de sangria da sua redação. Temos menos de metade dos jornalistas do *Jornal de Notícias*, para se ter noção da

diferença que estamos a falar. É por isso que não podemos permitir que cheguem a este ponto também.

Curiosamente, na altura em que esta carta foi divulgada, estamos a falar do início deste ano, não foi há décadas, ainda convidaram mais quatro jornalistas a sair, tendo saído duas. E por tudo isto, não ficámos deslumbrados quando a nova administração anunciou que queria fortalecer o *DN* e contratou três novos diretores e cinco jornalistas.

A nossa redação é agora enorme, temos 35 pessoas, 23 jornalistas, 4 diretores e 8 editores! Acho que podemos continuar a chamar-lhe uma micro-redação. Quando entrei no *Diário de Notícias* fui contratada para fazer a área de segurança interna e tinha seis pessoas na minha secção — só na minha secção —, hoje, tenho de fazer segurança, justiça e defesa. Todos na redação fazemos um pouco de tudo porque queremos continuar a garantir o nosso trabalho com qualidade.

Podemos ter saído neste momento dos cuidados intensivos, mas a nossa situação está longe, muito longe, de estar estabilizada. É por isso que o nosso caso acho que deve servir como um *case study* para decisões idênticas que nos comprometem qualquer hipótese de sobrevivência e por isso não queremos que aconteça o mesmo nos outros títulos.

Em 2009, o Global Media Group tinha cerca de 1000 funcionários, como a Ivete já disse, hoje tem 520, segundo ouvimos do administrador José Paulo Fafe, numa reunião que as delegadas sindicais tiveram com ele, e dos quais apenas cerca de 200 são jornalistas. E os jornalistas são a argamassa de qualquer modelo de negócio e que se diz de comunicação social.

O *Diário de Notícias* é um legado histórico. O nosso arquivo, que inclui, além das edições do *DN*, um vasto espólio em obras de arte, está classificado como tesouro nacional. E temos a certeza de que no mundo da



desinformação que tanto tem posto em causa a democracia, o jornalismo tem ainda um papel muito importante a desempenhar com um jornalismo de rigor e como fator de pluralismo informativo e um sério contributo para essa democracia em que o jornalismo de referência é essencial. E é isto que eu gostaria de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Está concluída a primeira ronda, digamos assim, da nossa audição. Vamos ouvir agora os restantes grupos parlamentares e depois voltam a responder no fim. Nesta comissão temos aqui a tradição de que as rondas começam com o maior partido da oposição e por isso dava a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD e ao Sr. Deputado João Montenegro.

O Sr. **João Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Representantes e delegados sindicais aqui presentes que, tal como o seu Presidente da Comissão falou no início, são pessoas que ao longo dos anos nos habituámos a respeitar e são pessoas que, embora à distância, temos o prazer e o gosto de poder ouvir todos os dias, logo, fazem parte também do nosso dia a dia.

Portanto, é com algum desgosto que estamos hoje aqui a assistir a este conjunto de argumentos com aquilo que se vai passando num dos maiores grupos de comunicação que o nosso País tem. O Grupo Global Media vive dias difíceis e, conseqüentemente, vivem também dias difíceis todos os seus funcionários, nomeadamente os seus jornalistas que são efetivamente a alma do próprio Grupo e dos seus títulos.

O Partido Social Democrata está solidário com os seus funcionários, com os seus trabalhadores, com os seus jornalistas, mas também está muito preocupado com o futuro deste Grupo de comunicação social que é dos

maiores que o País tem. O que vamos ouvindo, e do que nos vamos apercebendo na própria comunicação social, é que financeiramente estão detetados os problemas que são afetos e inerentes ao Grupo. Aquilo que vamos lendo suscita-nos que o caminho passa pelas dificuldades de tesouraria, pela falta de crédito bancário, pela contínua perda de receitas, nomeadamente com a questão da quebra de vendas de alguns títulos e, sobretudo, com a questão do aumento das taxas de juros e as dívidas que o Grupo tem ao Estado.

Portanto, tivemos a oportunidade de analisar as contas do ano passado, que foram aprovadas há cerca de meio ano, e já nestas contas do ano passado a situação era dramática. Eu salvei aqui um parágrafo que me suscitou alguma preocupação, onde dizia no documento que «os prejuízos acumulados em exercícios anteriores, bem como o resultado líquido negativo em 2022, colocam em causa a capacidade do Grupo para continuar a operar, caso os acionistas não tomem as medidas necessárias no sentido de dotar a empresa dos meios financeiros adequados.» — isto já relativamente às contas de 2022.

Nos últimos meses, também aquilo que vamos lendo, é que a situação se vai deteriorando, nomeadamente a nível financeiro, com a questão da subida das taxas de juros, que afetará negativamente as contas do exercício de 2023. Agora, com o processo de reestruturação acionista, com a entrada do novo fundo World Opportunity Fund, supostamente, tínhamos aqui uma espécie de luz ao fundo do túnel que permitiria não só que o Grupo pudesse respirar, como também pudessem respirar todos os seus funcionários e todos os seus trabalhadores.

No entanto, a nova administração do Grupo anunciou a 6 de dezembro que quer rescindir o contrato com entre 150 a 200 trabalhadores. Retirei aqui também dois excertos do comunicado interno em que a administração e a comissão executiva anunciavam que iam avançar com o processo de

reestruturação, de negociação de acordos de rescisão com carácter de urgência nas diversas áreas e marcas, tendo como objetivo, também segundo o próprio comunicado, evitar um processo de despedimento coletivo, alternativa essa que, para a comissão executiva, seria opção em último caso e em último recurso.

Infelizmente, já estamos habituados que, quando se prepara uma reestruturação de fundo, os prejudicados são sempre os mesmos, são os funcionários, os trabalhadores e, neste caso, em grande maioria, os seus jornalistas.

Gostava de deixar aqui uma palavra especialmente a estes jornalistas que, para o bem ou para o mal, acabam por ser a alma do Grupo Global Media. Foram os jornalistas e foi a sua massa trabalhadora que fez com que hoje em dia os principais títulos do Grupo fossem efetivamente dos mais lidos e mais ouvidos a nível nacional. Pode aqui, efetivamente, estar em causa o futuro deste Grupo que tanto faz falta não só à nossa democracia como também à nossa sociedade.

A pergunta que eu gostava de fazer era: que medidas é que os representantes e os delegados sindicais defendem, no sentido não só de garantir a estabilidade e o futuro profissional dos trabalhadores, nomeadamente dos jornalistas? Por outro lado, pergunto se podem apontar algumas soluções que permitam que, financeiramente, o Grupo possa ter outra desenvoltura e possa ter o crescimento tão apregoado pela nova administração. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Damos a palavra agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, queria cumprimentar todos e manifestar, desde logo, a solidariedade do Partido Socialista com as estruturas sindicais e os jornalistas sindicalistas que aqui estão.

Gostava de entrelaçar aqui duas ordens de questões que estão extraordinariamente relacionadas: as laborais e as da regulação. A primeira coisa que nos chamou muito a atenção e que nos levou a ter algumas iniciativas foi quando, no dia 4 de agosto, o empresário Mário Galinha confirmou que o Grupo Bel tinha feito aqui uma nova operação. Ele teria saído da direção, da administração e entrou um fundo de investimento, do qual pouco ou nada se sabe.

Esta questão de haver um fundo que entra e toma conta de um dos maiores grupos de *media* colocou-nos logo algumas apreensões. E, independentemente disso, importa dizer que todos os grupos de *media*, não só os grandes, nos merecem preocupação, porque, como aqui já foi dito, se trata de pilares fundamentais da democracia e, por isso mesmo, é que a entidade reguladora e os direitos dos jornalistas têm consagração na Constituição da República Portuguesa — não é qualquer empresa.

Esta questão da entrada deste fundo colocou-nos logo algumas apreensões não só sobre a concentração de capital ou a natureza deste capital, mas também a forma como este capital que entra tem pretensões, pode ou não influenciar não só o pluralismo como a diversidade. E estas questões que têm a ver com a própria transparência, porque é a lei da transparência que está em causa, pareciam-nos já problemáticas.

Ora, o que aconteceu a seguir só veio confirmar. Nós tivemos uma precipitação de acontecimentos, que os senhores já aqui referiram, e que são absolutamente dramáticos. Logo no dia 11 de setembro, com a destituição do diretor editorial da TSF, apercebemo-nos de duas coisas: primeiro, de um

atentado à Lei de Imprensa, uma vez que o conselho de redação não foi consultado sobre isto e isto é uma questão regulatória; e, simultaneamente, de uma questão laboral. Vinham em negociações desde fevereiro de ajustes salariais face à inflação, tinha havido um acordo e tudo isso recua.

Ora, no mesmo momento em que isto acontece, o CEO da Global Media vem afirmar que estas alterações realizadas na TSF, iam ser exclusivamente na TSF, mas eram alterações que pretendiam, e eu estou a citar aquilo que saiu na imprensa, «criar condições favoráveis a um ambicioso projeto do Grupo», justificando a demissão do Domingos Andrade com uma reestruturação na TSF e um reforço do investimento enorme, dizendo que as diferentes marcas do Grupo iam ser todas valorizadas e reforçadas.

Nada disso aconteceu, os jornalistas no dia 20 já estavam em greve na TSF, que fechou, como há um bocadinho disse. Foi a primeira greve da TSF, os salários em atraso faziam-se sentir e já se adivinhavam interferências, repito, interferências na liberdade dos jornalistas e na sua participação nos órgãos de comunicação social, que é um dos requisitos consagrados na Lei de Imprensa.

A seguir veio o *JN* que, como aqui foi dito, depois de uma ameaça, enquanto estavam em greve no dia 6, tiveram informação de que havia a intenção, na reestruturação do Grupo, de despedir entre 150 a 200 trabalhadores. Temos visto o que é que tem acontecido.

Fiquei perplexa com algumas notícias, em particular, com aquelas que nos foram dadas pela Ivete Carneiro, relativamente à evolução do EBITDA e também a uma coisa muito estranha. Recordo-me de uma crónica da Barbara Reis que dizia que há qualquer coisa estranha, e é essa estranheza que nós temos de aprofundar e averiguar.

Quando um fundo de investimentos, com certeza que não com os olhos tapados, faz a compra de um grande grupo e, passados dois meses, depois de ter anunciado grandes investimentos, grande crescimento, como aqui já foi referido, percebemos que há despedimentos, mas simultaneamente crescem os custos da empresa com diretores e assessores e vão-se despedindo jornalistas.

Não sei que empresa de comunicação social é esta onde crescem diretores e assessores e saem jornalistas. É esta interrogação de fundo, o que é esta empresa de comunicação social onde isto acontece, que nos deixa absolutamente perplexos.

Temos assistido a uma vaga bastante importante de demissões da parte de um conjunto de diretores, não só agora no *JN*, na *TSF*, em *O Jogo*, mas também no *Dinheiro Vivo*, a solidariedade do *DN*, que já foi aqui manifesta, que só nos fazem temer que esta apreensão por parte dos jornalistas significa que, de facto, na melhor expressão, para não ser abusiva, direi, repetirei as palavras da Bárbara Reis ou, então, de Shakespeare: «qualquer coisa estranha acontece no Reino da Dinamarca».

Há qualquer coisa estranha que está a acontecer, que se reflete no despedimento de jornalistas, no não pagamento de salários e naquilo que acabaram de dizer e de que eu não tinha conhecimento, como, no caso da *TSF*, que nem sequer há um acordo de empresa e que todos os salários são decididos casualmente, em função daquilo que a direção entende fazer.

Há questões laborais, porque aqui o cruzamento entre as questões laborais e regulatórias é importante, mas existem questões laborais que não estarão a ser devidamente respeitadas, nomeadamente, os duodécimos, e sabemos também, porque já foi anunciado, que o subsídio de Natal e o subsídio de férias serão pagos em duodécimos, se forem, durante 2024.

Ora, tudo isto nos deixa bastante apreensivos. Já manifestámos publicamente a solidariedade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao *DN*, ao *JN*. Temos reunido, não é a primeira vez que estamos aqui, sucessivamente com várias jornalistas das diferentes marcas que constituem o Grupo. Não tenho grandes perguntas para fazer, neste momento, tenho é muita perplexidade e assumo o nosso compromisso de tentarmos acompanhar, dissolvidos ou não dissolvidos, o que vai acontecer com o Global Media.

A única pergunta que poderia fazer, assim, mais concreta, é se da participação que fizeram à ACT tiveram já alguma resposta. Deduzo que, na pergunta que fizeram ao gestor do Grupo, que já nem sequer é o CEO, mas um tal senhor francês que se desconhece quem é, como o resto do Grupo, se tiveram alguma chamada de atenção.

Pergunto também o que é que esperam para o futuro e como é que gostariam que este acompanhamento da nossa parte pudesse vir a ser feito. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora, do Grupo Parlamentar do Chega, o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por agradecer a presença dos Srs. Delegados sindicais do *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *O Jogo* e TSF, bem como do Sindicato de Jornalistas.

É imperativo reconhecer que, num mundo em constante mudança, as empresas, inclusivamente as de *media*, enfrentam desafios significativos. A adaptação e reestruturação dos operadores económicos são muitas vezes necessárias para assegurar a sua sustentabilidade e a sua competitividade.

No entanto, estas mudanças têm um impacto humano muito profundo. Os despedimentos da Global Media não são apenas números numa folha de cálculo, representam 150 histórias individuais, 150 famílias afetadas, 150 carreiras interrompidas.

A liberdade de gestão empresarial é um pilar da nossa economia de mercado, mas tem de ser exercida com responsabilidade social. Por outro lado, devemos também refletir e indagar sobre o impacto mais amplo destes despedimentos no panorama mediático e cultural do nosso País. O *Jornal de Notícias* e a TSF são instituições veneráveis com um papel crucial na informação e na formação da opinião pública. Não só a TSF e o *Jornal de Notícias*, como todos os órgãos de comunicação social, sendo que a perda de profissionais experientes nestes meios pode ter repercussões na diversidade e qualidade da informação disponível para o público português.

A base de um órgão de comunicação social é a sua redação. Estranhámos a redução de jornalistas em todos estes órgãos e ficamos sem palavras quase perante a redução de jornalistas e o aumento de assessores e diretores ou administradores. Acho que este é um assunto que não deveria morrer aqui, embora esta Legislatura ou o funcionamento da Assembleia da República esteja perto de terminar.

Nesse sentido, gostaria de deixar algumas questões, muitas delas já foram respondidas nas vossas intervenções, mas, de qualquer das formas, gostaria de questioná-los sobre o seguinte: existem preocupações legais ou questões de conformidade no processo de despedimento coletivo e recurso ao regime de *layoff* simplificado?

Que estratégias ou medidas o vosso sindicato sugere para salvaguardar o jornalismo de qualidade da Global Media e em Portugal de uma forma mais ampla?



Que ações específicas a que o sindicato espera ou sugere que o Governo e a Assembleia da República tomem em resposta a esta situação?

Confirmam que os resultados referentes a 2022 e 2023 levam a considerar que estes órgãos de comunicação social estão perto da falência?

Até que ponto é que a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) pode, digamos, intrometer-se em todo este processo?

E, por último, pergunto se o arquivo, quer áudio, relativamente à TSF, quer impresso, estão devidamente resguardados. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, quero cumprimentar os representantes do Sindicato dos Jornalistas e os delegados dos vários órgãos de comunicação social aqui hoje presentes.

Depois de ouvir a intervenção da jornalista Maria Augusta Casaca, para quem não sabia, ficámos a saber, os que já conheciam ficam com a certeza absoluta de que, quando se ouve a TSF, que o *slogan* da paixão da rádio é muito mais do que um *slogan*. Ouvimos na intervenção da Maria Augusta Casaca muita paixão em relação à sua profissão e àquilo que faz.

Vou fazer como o Sr. Presidente da Comissão e vou também começar por alguns *disclaimers*. O primeiro é que sou atualmente cronista do *Diário de Notícias*, embora não remunerado, portanto trabalho voluntário, *pro bono*. Cresci como ouvinte da TSF e acho que a TSF é uma das coisas que faz parte do meu crescimento enquanto indivíduo. A TSF ainda é rádio pirata, portanto é uma peça essencial do meu desenvolvimento enquanto cidadão. Relativamente ao jornal *O Jogo*, foi lá uma das primeiras profissões que tive,

dos primeiros salários que tive, não como jornalista mas como colaborador. Fui responsável por uma página semanal no jornal *O Jogo* durante cerca de dois anos.

Portanto, tenho estes *disclaimers* a fazer, porque tenho também aqui alguma vertente afetiva com este tema e a partir de agora vou tentar não ter a parte afetiva naquilo que vou dizer e ser racional.

Há um *disclaimer* que não é individual, é um *disclaimer* político por parte da Iniciativa Liberal. Nós acreditamos muito fortemente naquilo que é a expressão quarto poder. Acreditamos mesmo que a imprensa é um pilar essencial de uma democracia e de uma democracia liberal e a preocupação que temos com estes temas está muito assente nesta nossa convicção.

Os desafios da imprensa não são de agora: a digitalização, as novas plataformas, as diferentes formas de consumo de informação e até os desafios da regulação, a realidade do bolo publicitário e para onde é que ele sido desviado, a dificuldade, na realidade portuguesa, de fazer escalar aquilo que é um negócio, porque não podemos também deixar de olhar para aquilo que é a imprensa como uma vertente de negócio. Tudo isso é conhecido por todos.

Quando falo de desafios falo do contexto, do que é que nos trouxe até aqui. Depois há os próprios desafios e contexto daquilo que é a realidade da *Global Media*, não só a sua dívida acumulada, os problemas, o histórico das administrações, quando foram vendidos ativos importantes daquilo que a empresa tinha, o edifício do *DN* na Avenida da Liberdade, o edifício do *JN*, a loja do Rossio, os terrenos da Naveprinter, ou lá como se chamava a tipografia.

Há todo um histórico, o problema não é de agora. Sim, é bastante importante sabermos, e todos queremos saber, quem é o beneficiário final do tal fundo que agora adquiriu a *Global Media* — todos queremos saber isso.

Resta saber se a Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem condições para o fazer, mas isso «são outros 500». Nós queremos saber isso, mas aquilo que é a situação da Global Media não é um problema de uns senhores que agora representam um fundo das Bahamas ou não sei o quê, é uma coisa que tem um histórico, tem um contexto.

Porque é que digo isto? Porque eu tenho quatro perguntas para fazer que estão relacionadas com este enquadramento que faço. A primeira pergunta, e penso que esta é transversal para todos, é: nas primeiras conversas que tiveram com a nova administração da empresa que outras soluções vos foram apresentadas? Ou seja, parto do pressuposto de que uma nova administração não escondeu as dificuldades e, perante essas dificuldades do Grupo, ou marca a marca, meio a meio, que caminhos e que soluções vos foram apresentadas ainda antes do anúncio do despedimento coletivo?

A segunda pergunta é um bocado mais histórica: nos momentos das tais vendas, isto remete às anteriores administrações, de ativos importantes, porque certamente houve um encaixe de milhões quando foram vendidos o edifício do *DN*, o edifício do *JN*, os terrenos da NavePrinter, a loja do Rossio, nesse momento o que é que sentiram? Esse dinheiro entrou, mas a empresa, os trabalhadores, os jornalistas, sobretudo, não sentiram nada? Ou houve um investimento na altura? Qual é que foi o impacto que as vendas desses ativos importantes e valiosos teve no dia a dia das redações? Gostava que esse histórico também fosse partilhado com nós porque penso que é importante.

Uma pergunta, porque foi aqui dita uma expressão do Sr. Presidente do Sindicato dos Jornalistas, que posso ter entendido mal e é isso que eu quero esclarecer. A certa altura pareceu-me que terá dito qualquer coisa sobre como a atual administração depois teria sido surpreendida com as contas. Não sei se percebi bem, porque se percebi bem, gostava que fosse aprofundado, porque

em parte até desculpabiliza um pouco aquilo que tem sido a atitude e crítica que vocês tiveram todos da atual administração. Portanto, pergunto se têm, de facto, essa noção, como entendi, de que a atual administração foi surpreendida depois, quando tomou posse, depois de ter feito a compra, com as verdadeiras e reais contas e com a verdadeira realidade financeira do Grupo.

A última pergunta é para o Frederico Bártolo, que disse a certa altura que *O Jogo* tinha feito uma parceria bastante rentável. Gostava que dissesse qual. É importante sabermos qual, o quê e o que é que isso implica? Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PAN, , Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento também os Srs. Representantes dos sindicatos e dos trabalhadores.

O PAN, desde a primeira hora, teve a oportunidade de se solidarizar com todos os trabalhadores, como também já tivemos a oportunidade de falar pessoalmente com eles e de visitar inclusive o *JN*, porque partilhamos da visão que já aqui foi expressa de que o jornalismo, sem dúvida, é um pilar essencial da nossa democracia.

É importante que, desta audição, mas também do futuro que possa vir a ser o das várias entidades aqui representadas, se pense numa estratégia para, evidentemente, tendo em conta que estamos aqui a lidar com o privado, perceber de que forma é que a Assembleia da República vos pode ajudar nesta situação.

Depois, por outro lado, tenho de partilhar também o *disclaimer* de que temos a *Bancada Parlamentar*, no *DN*. Portanto, todos escrevemos de forma voluntária, e isto reforça uma dimensão que aqui também já foi mencionada, ao contrário dos privados, e que acontece sobretudo com grupos parlamentares mais pequenos ou representantes únicos de partidos, pois, de facto, foi dada a oportunidade a todos, de forma igual, de participarem, sem qualquer restrição. Isto demonstra a importância destes meios que aqui estão presentes, e só podemos de facto agradecer por o terem feito, porque, tantas vezes, verificamos que este tratamento equitativo não é dado a todas as forças políticas.

Portanto, não podemos deixar de ressaltar esse mesmo papel e trabalho essencial para que, em democracia, todos tenham acesso à informação de igual modo e igualdade de participação.

Em relação ao património, e não querendo repetir as perguntas já que foram feitas, porque terão a oportunidade de os esclarecer, é importante perceber o que é que foi feito não só com esse património. De acordo com a análise que fizemos, para além da história dos mais de 135 anos, por exemplo, do *JN*, destacamos, no caso de *O Jogo*, a divulgação também dos fenómenos desportivos, em especial a Norte, a TSF, para o próprio debate político. Ouvimos isso com opinião quotidiana quer dos cidadãos quer da sociedade civil, na sua organização associativa e forças políticas.

No caso do balanço financeiro da empresa, nomeadamente do Global Media, foi com muito espanto que olhámos para os 3 milhões de euros de lucro, com uma tiragem de cerca de 379 000 leitores. Isto quando vemos o *JN*, que é um dos títulos de referência mais lidos, que, em média, tem 23 000 exemplares por dia e, no digital, tem quase 3 milhões de leitores, que é economicamente sustentável e, depois, a empresa está aqui num percurso que,

de alguma forma, parece encaminhar-se para um desmantelamento com todos os despedimentos coletivos.

Tendo em conta que é público que o Sindicato dos Jornalistas já pediu a intervenção da ACT no Global Media, gostaríamos de saber se, de facto, tem havido alguma expressão daquela que possa ter sido a intervenção da ACT. No caso da ERC, também gostaríamos de saber que intervenção é que pode ter existido. Isto parece-nos importante, porque esta é uma dimensão mais pública na qual poderá haver uma intervenção.

Da nossa parte também, e não menos importante, e já tivemos aqui o vosso *feedback* em relação ao Governo, gostaríamos de saber o que é que, enquanto Parlamento, poderemos fazer mais, além de mostrarmos a nossa solidariedade, que sabem que é total e profunda. Pergunto que estratégia é que poderemos fazer para garantir um financiamento e um apoio, até em futuros Orçamentos do Estado, à imprensa, sem comprometer a vossa independência e a liberdade de expressão, porque, de facto, têm tido um papel absolutamente essencial.

Reitero a nossa total disponibilidade para continuarmos a acompanhar este processo e a ouvir-vos e a apresentar soluções para este problema.

O Sr. **Presidente**: — Vamos concluir esta primeira ronda, regressando aos dois grupos parlamentares que apresentaram os requerimentos para a vossa presença aqui. Dava a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria agradecer o conjunto de elementos que já foram partilhados connosco pelos delegados sindicais e representantes dos trabalhadores, que consideramos um conjunto

de dados e elementos relevantes, que adensam, de facto, a preocupação que já tínhamos quando iniciámos estas audições em relação ao impacto e ao que significa esta intenção despedimento de 200 trabalhadores, desde logo, porque são postos de trabalho que são destruídos, são direitos que não estão salvaguardados.

Aliás, também foi referida a questão de o subsídio de Natal estar já em atraso e a intenção de fazer o pagamento em duodécimos durante o ano 2024, mas se, para pagar o de 2023, a administração se propõe fazer desta forma, para 2024, o que será o subsídio de férias e o subsídio de Natal?

Isto só revela, de facto, preocupações acrescidas relativamente à situação. Fica claro que os direitos dos trabalhadores não estão de forma alguma a ser salvaguardados e isso exige intervenção e o Governo tem possibilidade de intervir para garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores e salvaguardar os postos de trabalho. Estas são questões em relação às quais o Governo não pode sacudir daqui a água do capote.

Mas fica também claro um outro aspeto, com os elementos que vieram para cima da mesa, que é este conjunto de contradições de quem diz que é para crescer e depois refere que vão despedir trabalhadores, de quem diz que pretende abrir, alargar os títulos e depois reduz a capacidade do próprio Grupo e dos diversos órgãos de comunicação social para assegurar as publicações e, no caso da rádio, para assegurar aquilo que é naturalmente a sua missão.

Gostaria de colocar uma última questão, porque temos acompanhado a situação com preocupação, ao longo destes últimos anos, o que não é novidade para os representantes dos trabalhadores. Temos partilhado esta questão que se prende com a degradação das condições de trabalho dos jornalistas, dos trabalhadores dos órgãos de comunicação social, com a precariedade e os baixos salários que têm existido, no nosso País. Aliás, o que está a acontecer

neste momento no Grupo Global Media não está desligado deste processo de concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social.

As preocupações que aqui foram apresentadas por parte dos representantes dos trabalhadores, em relação ao rigor da informação, à pluralidade, à independência, à importância que isto tem para a defesa do regime democrático, para a defesa da liberdade, são, de facto, preocupações com as quais estamos confrontados neste momento.

Portanto, esta também era uma questão que gostaria de abordar, dizendo que, da parte do PCP, naturalmente, iremos continuar a acompanhar a situação do grupo, não só no quadro destas audições que se vão realizar agora na Assembleia da República. Vamos continuar a acompanhar a situação e a intervir também com este objetivo de proteger e de salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra para encerrarmos a primeira ronda, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE) — Sr. Presidente, serei breve, até porque tenho outra comissão a começar agora, aliás, duas comissões a começar agora.

Queria apenas dizer que seremos, no âmbito da nossa intervenção, intransigentes quanto à exigência de cumprimento dos direitos laborais naquilo que, do Governo depende, ou seja, a fiscalização, a ação junto da ACT, as possíveis chamadas de atenção que seja necessário fazer também junto da Entidade Reguladora da Comunicação Social, da ERC.

Tentaremos averiguar, ao longo destas audições, se, de facto, é verídica a suspeita de que há um plano para dismantelar o Global Media e os seus



meios de comunicação social. Perante um plano dessa dimensão e com essa importância, quereremos naturalmente também ouvir o Governo e perceber o que é que o Governo tem a dizer sobre isso.

Apesar de tudo, os grupos parlamentares e o Parlamento têm uma ação relativamente limitada às suas competências de fiscalização e legislativas. O Governo tem outros instrumentos que nós não temos, assim como a entidade reguladora, e, portanto, tentaremos ao máximo, de acordo com o que formos capazes de apurar ao longo destas audições, que todos os instrumentos sejam mobilizados para poder salvar estas empresas e estes postos de trabalho. Queria deixar esse compromisso.

Sugestões serão bem-vindas e mantemos naturalmente um canal aberto. Julgo que falo em nome de toda a Comissão e do Sr. Presidente: esta Comissão terá sempre disponibilidade para vos ouvir e para acompanhar este processo.

O Sr. **Presidente**: — Bem, regressamos agora aqui. Vou atrever-me a fazer uma recomendação, que é um atrevimento, de que cada um não pense responder a todas as perguntas que foram feitas, porque a experiência nos diz que, à medida que vamos avançando, cada interveniente vai acabar por responder às questões que não foram ainda respondidas.

Estão atribuídos 5 minutos a cada entidade e começamos pela minha direita, tendo a palavra o Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Luís Filipe Simões.

O Sr. **Luís Filipe Simões**: — Eu, até por isso, prometo ser breve. Clarificando, então, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, preciso aqui de fazer justiça à administração da Global Media Group. Não acredito que sejam todos incompetentes, não acredito que uma pessoa competente compre um grupo

com a dimensão da Global sem perceber todas as contas desse grupo. Não, não acredito que, num mês, fossem ver as últimas contas.

Posto isto, eu só acredito que se gastem milhões de euros depois de saber toda a realidade financeira de um grupo com esta dimensão. Partindo daí, a minha perplexidade, a Deputada Rosário Gambôa também o referiu, com esta situação em que se contratam gestores e se pagam subsídio de férias em duodécimos no mesmo momento que se diz que vão despedir entre 150 e 200 trabalhadores, o que é um esforço financeiro enorme.

Ou não estão a pensar cumprir a lei e não vão compensar os trabalhadores ou isto são dezenas de subsídios de férias para todo o Grupo. Ou seja, se há dinheiro para despedir, não há dinheiro para pagar um subsídio de férias e tem de ser duodécimos?

Não acredito mesmo na incompetência daquelas pessoas, portanto, a minha perplexidade também é esta. E não podia sair daqui sem dizer uma coisa: está ali o Pedro Correia, da Global Imagens e isto já começou em *A Bola*, estão a matar uma linguagem fundamental no jornalismo que é a imagem. Vão ser despedidas as pessoas da Global Imagem.

N' *A Bola* ficou um repórter fotográfico a quem chamam agora videógrafo. Na Global vamos ver quantos ficarão.

O jornalismo não pode perder a linguagem da imagem. Era trágico perdermos a linguagem da imagem. Isto foi a coisa que não foi aqui dita e temo que, mais dia, menos dia, todos vamos sentir falta dessa linguagem que é a imagem do jornalismo.

Não podia deixar de o dizer aqui, porque é gravíssimo e essa também será uma das consequências que espero que estas pessoas competentes, que não fizeram compras para comprar um grupo de milhões, pensem que não

podem matar essa linguagem. Agora passaria rapidamente ao Augusto, porque o tempo é curto.

O Sr. **Presidente**: — Damos a palavra, então, ao Augusto Correia, Vogal do Sindicato dos Jornalistas.

O Sr. **Augusto Correia**:— Pegando no que o Luís estava a dizer, não sei se repararam, mas, em mais do que um comunicado da administração, aparece a expressão, segundo as auditorias e avaliações feitas nos últimos três meses, isto é, depois de entrarem na empresa, fizeram auditorias e avaliações que descobriram uma situação financeira alegadamente que não encontraram antes de comprar. É isso que nós achámos estranho: como é que se compra um grupo desses para investir milhões e não se consegue saber?

Tentando responder a algumas das questões, o que o Sindicato gostaria de pedir à Assembleia da República, começando aqui nesta Comissão, é que de alguma forma se crie legislação para que os fundos financeiros não possam entrar no capital dos *media*, porque n'A *Bola* entraram e despediram dois terços de trabalhadores, na Global entram e anunciam despedir mais de um terço de trabalhadores.

É preciso que fundos financeiros ou, de uma forma particular, tendo em conta este exemplo recente, qualquer investidor dos *media* tenham um registo de idoneidade verdadeiramente imbatível, que seja bem analisado, e que, quando entram num grupo de *media*, deem garantias de que têm dinheiro para fazer coisas básicas, como pagar os salários dos trabalhadores, pagar os subsídios, para não se estar nesta dependência.

O CEO disse, creio que às delegadas sindicais do *DN*, que não estão garantidos os salários até ao fim do mês. Se, no dia 27, não houver dinheiro,

avisa-nos. Já não temos o subsídio de Natal e depois, no dia 27, veremos se vamos receber.

É mesmo importante a lei da transparência. Portugal é um dos poucos países que tem uma lei da transparência a nível europeu. Acho que já é um grande avanço, somos um exemplo nesse aspeto, desde 2015, mas acho que ela precisa ser aperfeiçoada e agora, com a entrada dos fundos, creio que é uma boa oportunidade para isso.

Só gostava de dizer aqui uma coisa: num documento da empresa, num dos comunicados, diz-se que 19 % dos jornalistas ganham 820 €, o salário mínimo da empresa. Não são assim tão poucos, 20 % dos trabalhadores ganham isso.

Em relação ao trabalho do Sindicato, além da participação na ACT, o Sindicato está a preparar queixas em tribunal para forçar a empresa a pagar o subsídio de Natal — ainda estamos a ultimá-las — e vamos ter uma reunião também com a ACT na Delegação Norte, na próxima quinta-feira, não só para fazer o reforço de tudo o que está errado, mas para reforçar essencialmente o que se está a passar com os recibos verdes. Eles recebem anualmente a 40 a 45 dias, estão à espera do salário de outubro ao dia 19 de dezembro e não têm qualquer garantia de que o vão receber.

Se estamos preocupados com o nosso subsídio, recebemos o salário e, com dificuldades, podemos conseguir aguentar, essas pessoas vivem daquele salário. Temos salários tão baixos que ninguém consegue fazer uma poupança.

Admito que alguém que tenha um salário mais elevado consiga fazer uma poupança, embora gastemos conforme o que ganhamos, vivemos em função daquilo que ganhamos, por isso é que trabalhamos e nos esforçamos

para tentar alcançar alguma coisa. Por isso se ganhamos mais é natural que queiramos gastar mais.

A principal preocupação que vamos levar à ACT na próxima quinta-feira é precisamente sobre estes nossos camaradas que estão a recibos verdes e não têm qualquer resposta. E, enquanto esperam pelo salário de outubro, recebem um contrato de prestação de serviços que o sindicato analisou e que, na nossa opinião, a primeira coisa que me ocorre dizer, é desumano, mas vamos dizer que é desadequado, porque é um contrato em que dá todas as obrigações ao trabalhador e todos os direitos à empresa.

Não sei se é coincidência ou se é só falta de dinheiro, mas os trabalhadores estão muito reticentes a assinar esse contrato e é curioso que, entretanto, se dá essa curiosa coincidência de que eles não assinam o contrato e o salário não cai. Pode ser só alguma coincidência pela falta de dinheiro, mas acho que é inadmissível que um fundo entre e, em três meses, nunca tenha pagado a horas, pagou sempre no último dia. Alguns camaradas, por causa dos bancos, acabam por receber no dia seguinte; há pessoas que têm prestações a cair no dia um e já ficam em dificuldades, já entram em *déficit* bancário e por aí fora, até ao ponto de, ao fim de três meses, pagar completamente fora de prazo e agora não temos garantias que vamos receber.

Seria muito importante que na Assembleia se pudesse fazer alguma coisa nesse sentido. Temos uma série de propostas que o Sindicato apresenta todos os anos — e agora peço desculpa por esta parte — e este ano não foi nenhuma aceite no Orçamento, mas voltaremos a apresentá-las. Até hoje, foi aceite uma destas propostas, que foi a dedução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) em sede IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares).

Não somos mal agradecidos, agradecemos, acho que é um gesto, mas é mais um gesto político que outra coisa neste momento, porque 15 % do IVA numa assinatura de 60 € dá 6 cêntimos. Convenhamos que não é forma de incentivar alguém a assinar.

Há muitas propostas que temos aqui, podemos voltar a falar nelas, podemos voltar a fazê-las chegar aos partidos, aos grupos parlamentares, fazemos isso todos os anos. Há aqui uma nova — ainda não falei com o Luís, mas vou correr o risco — que é um modelo que se usa em muitos países nórdicos, e gostamos muito de falar nos países nórdicos. São, digamos, candidaturas que os órgãos de comunicação social possam fazer para apresentar os seus méritos, os seus valores, aquilo que fazem e, se têm um problema de financiamento, o Estado pode financiar o bom trabalho jornalístico, forçando as empresas de *media* a apresentar bons argumentos para serem financiados.

Nós, enquanto sindicato, não temos medo do financiamento estatal. A LUSA e a RTP são excelentes exemplos de financiamento estatal. Ninguém aqui faz jornalismo mais isento ou menos isento do que a LUSA e a RTP. São um excelente exemplo do jornalismo que se faz em Portugal. Eu, honestamente, enquanto jornalista, e não vou falar por mim, mas creio que poderia falar por todos, tenho mais medo das pressões financeiras, tenho mais medo de jornalistas que não têm dinheiro ao fim do mês, do que jornalistas que recebem telefonemas de políticos.

Com todo o respeito para com os políticos, estamos bem preparados para isso, temos uma legislação que é quase única a nível europeu, temos um estatuto de jornalista, uma lei de imprensa. A nossa profissão vem consagrada na própria Constituição da República Portuguesa, por isso, acreditem em nós, estamos bem preparados para lidar com as pressões, não estamos é bem

preparados para não ter dinheiro ao fim do mês para pagar a renda e para comer.

Em relação às propostas, é melhor passá-las, porque senão ficávamos aqui muito tempo. Obrigado pela vossa atenção. Seguindo a sugestão do Sr. Presidente, não vou responder a todas as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Depois pode deixar o documento do sindicato que nós distribuímos por todos. Vamos ouvir agora a delegada sindical do *JN*, Rita Salcedas.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Salcedas** (Delegada sindical do *JN*): — Boa tarde a todos.

Queria começar por sublinhar que o *JN* tem um património imaterial — até porque o material já não tem! — de 135 anos de ligação às pessoas, aos territórios, a regiões que sem o *JN* ficam a descoberto. Essa é uma particularidade valiosa do jornal. A perda do *JN* representa uma perda grande para a democracia, para o pluralismo e temos de salientar que o *JN* é atualmente o único jornal nacional feito a partir do Porto. Aliás, é o único jornal nacional que não é feito em Lisboa.

Acho que todos os territórios merecem a mesma cobertura e isso preocupa-nos bastante. A par dos nossos receios e preocupações individuais e coletivas, a nível institucional, e olhando para o País, esta também é uma preocupação grande.

Para além desse património imaterial que temos, como já aqui foi dito, somos um título que dá lucro, que apresenta de forma consistente bons resultados, tanto no *online* como no papel. No papel também já aqui foi dito, em outubro, a circulação diária paga, em média, foi de 23 000 exemplares, no *online*, de acordo com o mais recente *ranking* da netAudience, da Marktest,

tivemos 2,8 milhões de leitores, o que significa que somos líderes da audiência na imprensa e quando não somos líderes da audiência, disputamos os lugares cimeiros todos os meses. Isto falando de uma redação com 90 profissionais, 90 trabalhadores entre a sede do Porto e a delegação de Lisboa, incluindo jornalistas, gráficos, revisores, todos os trabalhadores não só de jornal, mas também que trabalham para as revistas e para os suplementos.

Portanto, não entendemos como é que num jornal, numa redação com 90 trabalhadores, está aqui em causa o despedimento de 40, quase metade. E foi com grande estupefação que eu, pessoalmente, li a resposta do Presidente da Comissão Executiva, José Paulo Fafe, numa entrevista que deu recentemente, quando a jornalista lhe perguntou como é que era possível o *JN* continuar a fazer o mesmo produto. A resposta foi: se o *DN* conseguiu trabalhar com menos meios durante *x* anos, o *JN* também vai conseguir, o que é fantástico, é nivelar por baixo.

Recebi isso de forma absurda, porque mostra bem ao que vem esta comissão executiva. Além dos despedimentos e dos atrasos salariais, de que o Augusto já aqui falou e muito bem, por isso não vou adiantar mais, em relação ao subsídio de Natal, também temos a questão dos contratos a termo, que não estão a ser renovados. Aliás, e achamos nós que não se inclui na questão das rescisões por mútuo o acordo, temos até colegas, foi o caso de um, pelo menos, que recebeu por *e-mail* a comunicação de que o contrato não ia ser renovado, no meio de um plenário em que estávamos precisamente a discutir as rescisões, por coincidência, ou não.

Paralelamente, tem havido uma retirada do valor ao *JN* em particular, com a retirada das revistas que eram feitas com os trabalhadores dos quadros do *JN* e com colaboradores afetos ao *JN*, que, entretanto, passaram para a empresa, propriedade do nosso atual *chairman*, Marco Galinha.



Descobrimos através da entrevista ao *ECO*, que tem sido o meio de comunicação escolhido para nos comunicar informações acerca do nosso Grupo, que há um contrato de produção com o Global Media Group e com a empresa de Marco Galinha, mas não sabemos, as equipas não sabem em que termos.

Houve serviços que foram descontinuados, serviços que davam valor ao *JN* e aos restantes títulos do Grupo que deixaram de existir, como o serviço de *newsletter*. Soubemos ontem que perdemos também o acesso à France-Presse. Tudo isto somado diminui o valor de um título que todos os dias é feito de forma milagrosa, porque somos uma redação reduzida, todos os dias fazemos um produto tanto no papel como no *online*, produtos esses que estão, como já se disse, nos lugares cimeiros da imprensa, por isso é com grande estupefação que recebemos a decisão de avançar para um despedimento coletivo poucas semanas depois de ter sido dito ao Sindicato dos Jornalistas que o fundo estava cá para investir em todos os títulos.

Aliás, se estiver a dizer alguma mentira depois a delegada sindical do *DN* corrige-me, acho que foi dito pela administração às delegadas sindicais do *DN* que, mesmo assim, se mantém a intenção de investir nos principais títulos do Grupo e de haver um reforço. Não sei como é que há um reforço quando há corte de pessoas e de investimento.

Entretanto, ia só fazer aqui um comentário acerca também da forma como tem sido feita a comunicação muito pouco institucional entre a administração e os trabalhadores, além de esta comunicação ser sempre feita de forma externa. No dia 23 de novembro, quando foi dito por um dos administradores às delegadas sindicais do *JN*, eu e a Ivete, de forma confirmada, porque não foi apresentada nenhuma alternativa, que ia haver um expediente coletivo de cerca de 150 pessoas, 40 das quais no *JN*, depois

disso — essa comunicação foi nos feita sem qualquer pedido de reserva —, elas partilharam essa informação com a redação, como assim tem de ser. Aliás, como assim tem de ser não, quem o devia fazer era a própria administração. Como tal não aconteceu e com receio de que os nossos camaradas soubessem disso através de outros órgãos de comunicação, partilhámos.

Na sequência disso, no dia seguinte, houve um plenário que já estava marcado para discutir outras questões e, no fim, depois de termos enviado um comunicado com o que saiu do plenário — é uma prática normal e legítima, enviarmos comunicados com o que sai do plenário, com o que foi decidido pelos trabalhadores —, houve uma resposta no imediato, passado meia hora ou uma hora, dirigida até a mim, o que não é costume, ou seja, um administrador responder a um comunicado plenário num *e-mail* em que se dirige a uma das delegadas sindicais.

Neste caso, usou mesmo o meu nome, «Rita, ...» e vou passar a ler só para perceberem qual é o nível de comunicação: «Rita, após a nossa promoção, abertura e transparência que pautou a conversa de ontem e a forma como vocês a usaram, na minha opinião de forma completamente abusiva e adulterada, façam o que têm a fazer e nós esclareceremos na medida em que nos compete, se assim acharmos adequado. Em nome pessoal, tirei as devidas conclusões do que aconteceu ontem e hoje e adaptarei a minha conduta às mesmas.»

Ainda hoje não sabemos bem o que significa adaptar a minha conduta às mesmas. Tanto eu como a Ivete, delegadas sindicais, não usámos a informação nem de forma abusiva, porque não nos foi pedido reserva, partilhámo-la com a redação como assim tinha de ser, nem sequer partilhámos com o exterior, muito menos adulterada, porque nós informámos sobre aquilo

que nos foi passado a nós. Foi-nos dito, vai acontecer, a única forma de salvar o Grupo é avançar para um despedimento coletivo de 150 pessoas, 40 das quais no *JN*, 30 na TSF, 56 nos serviços partilhados e comercial, n' *O Jogo* ainda está a ser pensado o número, o *DN* escapa aos despedimentos. Isto foi-nos dito com este grau de clareza e, depois, somos surpreendidos com comunicados, tanto internos como externos, a dizer que a informação veiculada não foi verdade. Obrigada a todos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a delegada sindical da TSF, Maria Augusta Casaca.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Augusta Casaca**: — Já tenho muito pouco para dizer, além do que já foi dito pelos meus camaradas de trabalho e de grupo de comunicação social.

Quero apenas dizer que eu fui um bocadinho apanhada neste turbilhão de ser delegada sindical, porque tomei posse em outubro e apanhou-me este turbilhão todo que está a passar o Grupo. Tenho tentado exercer as minhas funções o melhor possível na defesa dos meus camaradas de trabalho, e não está a ser fácil.

De qualquer forma, ainda há pouco, dizia que éramos cerca de 50 jornalistas na TSF e que os despedimentos que a comissão executiva quer fazer são de 30 pessoas. Contratos a termo são 10. Ora, esses contratos a termo já estão a terminar e as pessoas estão a ser despedidas. Ainda consegui reverter, não sei, enfim, se posso alegar isso em minha defesa, mas ainda consegui reverter o despedimento de duas pessoas que estavam a termo.

Enviei uma nota, um *e-mail* à administração que disse que tinha sido um erro de comunicação e essas pessoas voltaram a ser integradas. Todas as outras, a partir daí, têm sido despedidas.

Portanto, das 30 pessoas que querem despedir na TSF, pelo menos 10 já irão. Respondendo ao Deputado Rodrigo Saraiva, sobre se a administração foi surpreendida com a realidade financeira do Grupo? Não faço a mínima ideia, nem sei qual é a realidade financeira do Grupo. Isto porque não temos acesso a rigorosamente nada.

Temos uma comissão de trabalhadores também na TSF, que, há dias, pediu contas do Grupo e o que lhes foi apresentado foi uma folha com os vencimentos de outubro do ano passado. E desde outubro até agora, já muita gente saiu da TSF e provavelmente com os salários mais altos.

Portanto, nós não sabemos e já pedimos, a comissão de trabalhadores já pediu novamente acesso à realidade financeira, pelo menos, da TSF.

Nos momentos de vendas, o que sentiram? Houve investimento ou não e que impactos é que teve? A Valentina Marcelino pode provavelmente responder a isso melhor do que eu. Por aquilo que julgo saber, na TSF não houve impacto rigorosamente nenhum, pelo contrário, a partir daí já houve rescisões de contrato e despedimentos coletivos.

Não nos foram apresentadas soluções nenhuma em relação ao despedimento coletivo ou às rescisões de contrato. Aliás, comigo, a administração nunca reuniu, reuniu com a comissão de trabalhadores, e não deu outras soluções e, julgo saber que ao sindicato, aquilo que disse foi um retrato muito cor-de-rosa da situação no início.

A partir daí já não reuniu mais com o Sindicato dos Jornalistas e tem feito declarações, geralmente para o jornal *ECO*, que considero até desrespeitosas para com as pessoas delegadas sindicais.

Portanto, é esta a situação. Estamos à espera da intervenção da ACT. Não sei se a ERC ainda pode fazer alguma coisa, mas o que achamos é que se este Grupo termina, se é desmantelado ou se fica com pouquíssimos jornalistas, está também em causa um pouco a democracia em Portugal.

Quando tivemos conhecimento deste despedimento coletivo, enviei um *e-mail* ao CEO e toda a administração e quem me respondeu foi o CEO do Grupo, José Paulo Fafe, com um *e-mail* que considerei até hostil e que eu passo a citar: «Tal como a senhora é livre de fazer, quando e como, as perguntas que entende, eu também sou livre de quando e como responder-lhe. Quando, e se considerar oportuno falar com a senhora, na sua qualidade de delegada sindical, certamente fá-lo-ei.» Só isto. E a partir daí não tivemos mais diálogo.

Portanto, é um bocadinho este o sentimento que nos move agora e tudo aquilo que nós vivemos diariamente na TSF e em todo o Grupo. Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra agora ao Frederico Bártolo, delegado sindical do jornal *O Jogo*.

O Sr. **Frederico Bártolo**: — Nós jornalistas costumamos estar demasiado focados na notícia, não em nós, e na informação, em obter respostas. E este tem sido um processo nos últimos dois meses, dois meses e meio, de extrema dificuldade a todos os níveis porque não temos respostas.

Há pouco o Deputado da Iniciativa Liberal, Rodrigo Saraiva, questionava em relação à parceria rentável e o que isso significa e o que posso dizer é que é uma parceria de enorme retorno financeiro, mas que, por questões de confidencialidade, não podemos divulgar os valores dessa mesma parceria. Esta indicação foi dada pela direção e é o resumo da quase nenhuma

informação, que temos proveniente da administração, de como está o jornal *O Jogo* e de como está cada meio de comunicação social aqui presente.

Logo, temos de nos contentar com a informação que temos que, no nosso caso, é: o jornal *O Jogo* é estável, rentável, não dá prejuízo e tem as contas equilibradas, paga, ou pagava, a tempo aos seus colaboradores e vive uma situação de extrema dificuldade.

Não temos mais informação, não conseguimos ver qualquer tipo de estratégia para o nosso jornal em questão. A Rita há pouco mencionou que o jornal *O Jogo* não tem conhecimento de quantos jornalistas ou quantas pessoas sairão, pois é exatamente isso que nos preocupa e, se calhar, ainda mais, porque não podemos esperar nada de bom no futuro, que me parece que depende completamente de outros jornalistas que saiam, entretanto, de outros meios de comunicação social deste Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, do Partido Socialista, questionou em relação ao que nós esperávamos para o futuro. O que nós esperamos para o futuro é negro, como foi negro em outubro, quando nos reunimos com todos os delegados sindicais, juntamente com o sindicato, e nos foi apresentada a quase inoperância por parte da administração e a insatisfação, quase, por nós reivindicarmos que o contrato coletivo de trabalho de jornalistas teria de ser colocado em cima da mesa, quando para nós representa um aumento exíguo que não tem reflexo quase nenhum na nossa vida e que é um direito que nós temos.

Logo, se uma administração à partida rejeita esse tipo de negociação e rejeita que um valor residual possa ser aumentado a determinado jornalista, nós calculamos que o pior esteja para vir. Foi a partir daí que começámos a sinalizar todos os nossos camaradas de que tínhamos de nos preparar para o que poderia acontecer.

Fomos também informados de que sairíamos, no caso de Lisboa, sairíamos das Torres de Lisboa e nos deslocaríamos, por exemplo, para uma delegação no Tagus Park. Não nos foi facultado qualquer tipo de opinião, apoio, explicação para essa mudança, apenas foi referida a questão dos custos, que Lisboa é muito caro para o nosso tipo de jornalismo.

Questionamos até que ponto é que vai a participação da ERC nesta situação, porque nós somos jornalistas, todos nós temos uma carteira profissional de jornalista, que, de dois em dois anos, é renovada com um determinado custo, temos de apresentar trabalho, temos de nos reger sempre pelos códigos deontológicos — somos confrontados com qualquer notícia que façamos que seja deliberadamente mentira.

A direção é também creditada por esse mesmo código deontológico e questiono-me porque é que uma administração que pega num grupo que define uma linha editorial económica e que impacta diretamente nos cidadãos, não tem de cumprir os requisitos básicos que estão estabelecidos na regulação, podendo influenciar diretamente a agenda e a vida de todos estes meios que estão devidamente reconhecidos na ERC. E se estão devidamente reconhecidos na ERC é porque o jornalismo é reconhecido pelo Estado português como de grande importância e é aquilo que nós não entendemos que esteja a ser defendido.

É importante dizer também que em relação à remuneração, no Grupo deixou de haver avaliação e, como tal, os jornalistas deixaram de subir a determinado escalão. À falta de avaliação deveria haver uma subida salarial automática que não existe, que não tem existido desde 2017. Já falei das pernoitas, dos fechos e de todos os subterfúgios que a administração consegue arranjar de modo a não pagar aos seus trabalhadores.

Em relação às medidas dos representantes sindicais, como foi há pouco perguntado pelo Sr. Deputado João Montenegro do PSD, não sei se há medidas concretas, mas penso que tem de haver um apoio evidente do Estado português não só em relação ao IVA, mas também em relação à própria sustentação dos jornalistas, nomeadamente com a colocação de um regime mínimo de um profissional que é qualificado e que atualmente recebe pouco mais de 30 € em relação ao salário mínimo.

Todos temos de ter licenciatura, alguns mestrado, outros doutoramento, não é muito por aí que quero entrar, mas temos de ser profissionais acreditados e não parece que recebamos da forma mais correta por isso mesmo.

Deixo também aqui um alerta em relação à desinformação. Todos falámos da importância do jornalismo para a democracia, mas tenho a possibilidade de dar formação a jovens e jovens adultos e o que sinto hoje é que os jovens adultos consomem redes sociais como plataforma-base da informação e que, dito de forma bastante humana, até diria, por alguns, não têm dinheiro, a família não tem dinheiro para consumir determinada informação, não tem dinheiro para poder ir à banca todos os dias comprar um jornal físico.

Isto leva-me a questionar até que ponto é que nós, enquanto sociedade, estamos a falhar na proteção aos interesses do jornalismo, na proteção à informação e sobre como isso pode ser realmente ajudado. A tal contribuição no fundo, ao contribuinte que vá comprar o jornal em banca pode ser uma solução. Obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Dava a palavra agora a delegada sindical do *DN*, Valentina Marcelino.



A Sr.<sup>a</sup> **Valentina Marcelino**: — Deixo só umas curtas notas, porque creio que o mais importante já foi dito aqui pelos meus camaradas.

Em relação àquilo que eu já tinha dito, ou seja, que entendemos que o *Diário de Notícias* não está ainda a salvo, só para terem noção estas novas contratações, segundo a administração nos disse, que são de sete jornalistas e três diretores, e estes sete jornalistas têm contratos de um ano, o que é capaz de mostrar bem qual é a perspetiva e o otimismo que a administração tem em relação ao futuro.

Há pouco também me esqueci de dizer que quando houve o último despedimento em que ficámos sem um terço da redação, ficámos reduzidos a 22 pessoas, em 2020, não só isso aconteceu, como também a nova administração que, entretanto, tinha entrado decidiu também que o jornal devia voltar a ser publicado em papel, contrariando uma decisão que já tinha sido tomada dois anos antes de termos só uma edição em papel e o resto ser digital. Ou seja, uma redação reduzida foi obrigada a ter de fazer não só edição digital, como a edição de papel diária.

Portanto, quando o Deputado Rodrigo Saraiva fala na TSF e na paixão pela rádio, acho que os jornalistas do *Diário de Notícias* têm paixão pelo jornalismo mesmo e pelo *Diário de Notícias* porque, acreditem o esforço tem sido tremendo, com muitas folgas em atraso por gozar, com muitas pessoas a fazerem dois turnos seguidos, com pessoas a trabalharem em casa e, depois, no jornal horas intermináveis. E isto só se faz mesmo com muita paixão pelo jornalismo.

Em relação à realidade financeira do Grupo, de facto, também gostava de a conhecer, e acho que era importante que nós a conhecêssemos, porque neste tipo de situações de reestruturação deve haver decisões informadas, as

pessoas devem estar informadas para saber, para ver se são bem tomadas ou se não estão a ser bem tomadas.

Lançava um desafio — não sei até a que ponto é que os Srs. Deputados o podem fazer, ou o Governo — que era porque não condicionar eventuais apoios do Estado a estes grupos privados, ou perdões de dívida ou acordos de pagamento de dívidas, etc., à presença de alguma pessoa ou entidade independente nestes grupos, que pudessem de alguma forma observar as opções de gestão que estão tomadas. Provavelmente alguém iria dizer, calma, se vocês estão a querer despedir 200 pessoas, não vão agora contratar 30 assessores e diretores, não é?

Portanto, acho que era muito importante haver aqui algum tipo de observação independente desta gestão. Não sei se é possível ou não, sou jornalista, não sou gestora, mas eu própria, como jornalista, quando falamos com a administração, quando falamos com as nossas fontes, ou confiamos na fonte a 100 % e usamos essa informação ou, então, queremos ver papéis. E acho que aqui com a nossa administração ou confiamos e, neste momento, creio que todos temos muito em dúvida essa confiança ou, então, gostávamos de ver papéis com as contas que nos mostrassem e provassem que é mesmo preciso fazer este despedimento e que não há alternativa.

Por fim, quanto ao impacto dos financiamentos que têm chegado e quanto ao impacto dos despedimentos que têm acontecido, com o argumento de que agora é que é, vamos despedir, mas vamos organizar as contas, é zero, porque cada vez as coisas vão ficando piores, de acordo com o que diz a administração, e a próxima solução é sempre despedir mais pessoas, incluindo jornalistas. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto aos grupos parlamentares presentes se prescindimos da segunda ronda. Dizem-me que prescindimos da segunda ronda.

Bem, eu quero agradecer em nome de todos os grupos parlamentares e de todos os Deputados que aqui estiveram presentes, quero agradecer a vossa disponibilidade, a forma franca com que aqui estiveram, o grau de sinceridade com que responderam a todas as perguntas.

Nenhum de nos tem uma palavra para ultrapassar as dificuldades que, em concreto, cada um de vós e dos vossos colegas está a passar. Enfim, aqueles que já passaram por salários em atraso conseguem colocar-se na vossa pele. Todos os outros que aqui estão amam demasiado o direito à informação para não perceberem o esforço que percorre todos os trabalhadores do Grupo Global Media.

Mas há uma questão que quero sublinhar, se me permitem, porque não é a regra. Houve uma grande unanimidade nesta Comissão de todos os grupos parlamentares — todos os grupos parlamentares da Assembleia República participaram — que estiveram aqui, mais uma Deputada única, sobre a situação crítica que este Grupo representa, não só para os membros do Grupo, mas também para a comunicação social em Portugal. Por isso queria reafirmar aquilo que foi a opinião de todos os grupos parlamentares: esta Comissão terá toda a disponibilidade e irá acompanhá-la. Esta semana, todos os nossos trabalhos são sobre este tema e temos toda a disponibilidade para continuar, enquanto estivermos em funções, a acompanhar esta situação. Muito obrigado pela vossa presença.

Vamos fazer uma pausa de um minuto e retomamos os nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 10 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.